

FUNÇÃO DISCURSIVA DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

*José Augusto Guilhon de Albuquerque**

RESUMO

Este artigo propõe uma nova perspectiva de análise dos estilos da sociologia brasileira. Lançando a idéia de funções latentes dessa disciplina – engenharia, integração e denúncia – que se manifestam em maior ou menor grau em diferentes países, segundo o momento social, o autor considera que, no Brasil, sua função é meramente discursiva. Nesse sentido, não tem efeito concreto sobre os problemas, mas o objetivo de apenas “falar sobre”.

O ser humano não se põe a pensar gratuitamente. Nem inutilmente, ou seja, o pensamento humano tem sempre um preço e uma utilidade. Se isto for verdade, devemos começar pelo começo, isto é, temos de descobrir um valor de troca e um valor de uso para este pensamento com o qual estou introduzindo esta exposição sobre os avatares do pensamento sociológico no Brasil: qual o preço e a utilidade de pensar que todo pensamento humano tem preço e utilidade?

A resposta parece-me simples: sua utilidade é dizer que existe um caminho, sem necessariamente apontá-lo. Se eu penso que todo pensamento tem utilidade, eu me autorizo a procurar essa utilidade. Com isso, se é certo que ainda não encontrei qualquer ordem no caos com que a aparente gratuidade do pensamento se apresenta, pelo menos sei que é legítimo pensar que ela existe. A utilidade desse pensamento é dizer que existe alguma ordem no pensamento e, mais, apontar essa ordem na ordem do efeito, da função.

Um pensamento desses, de certa forma, não tem preço. Mas tem valor; ele vale pelo reconhecimento que proporciona, isto é, ele permite reconhecer como ordem, pelo menos como expectativa de ordem, qualquer pensamento. Seu valor é, portanto, o de suprimir a angústia diante da desordem que representaria, para o pensamento humano, a idéia de que ele é totalmente destituído de ordem. Suprimida a angústia, pode liberar-se a energia que ela retinha, e colocá-la a serviço do desejo de encontrar uma ordem no pensamento.

Em suma, não é inútil nem gratuito o pensamento de que o pensamento não é inútil nem gratuito. E é verdade que há muito nos habituamos a buscar – e, evidentemente, a encontrar, pois quem procura, acha – a buscar uma or-

* Doutor em Sociologia, professor da Universidade de São Paulo.

dem em todo pensamento humano. Não se trata, aqui, de percorrer toda a história da história do pensamento, mas é fácil compreender que essa ordem sempre buscada – embora freqüentemente negada por quem efetua essa mesma busca – é fácil, repito, compreender que essa ordem pode ser colocada em três planos: acima, abaixo, ou no próprio pensamento. Em outras palavras, os historiadores e teóricos do pensamento procuram a ordem que o organiza, seja numa ordem extra-pensamento, meta-ordem que, de uma ou de outra maneira, equivale à ordem divina; seja numa ordem aquém-pensamento que, de alguma forma, equivale a uma naturalização; o que eu proponho é buscar a utilidade propriamente dita do pensamento, isto é, entender sua ordem a partir do seu efeito, procurar a ordem do pensamento na ordem do próprio pensamento.

Para não ficarmos num plano demasiado abstrato, podemos considerar exemplos esclarecedores sobre essas posturas diferentes a respeito do que ordena a utilidade do pensamento. O plano superior, a meta-ordem que ordenaria de fora o pensamento seria, por exemplo, a ordem das idéias, e uma postura desse tipo equivaleria a julgar a história do pensamento como uma seqüência que obedece a uma seqüência dada de ideais, cujo paradigma seria, talvez, a idéia de progresso.

O plano oposto, inferior, corresponderia a concepções que esperam encontrar a ordem do pensamento a partir de uma suposta ordem das necessidades – especificamente necessidades materiais –, cujo paradigma poderia ser a categoria dos interesses.

Vamos resumir o que já ficou assente até agora: É uma idéia bem reconhecida e bem recebida que o pensamento não é gratuito nem inútil. Essa mesma idéia tem sua utilidade, que é a de reconhecer, no pensamento, a possibilidade de uma ordem. Esta é também uma idéia reconhecida e quase universalmente recebida, e tem-se expressado pelo menos em três formas: no pressuposto de que a ordem do pensamento está nas idéias, ou está na ordem material das coisas ou, como proponho aqui, no próprio pensamento.

Essas idéias têm sido aplicadas com persistência às ciências sociais, por exemplo, à literatura de ficção, particularmente ao romance e ao conto popular e, por outro lado, à história das idéias políticas. Em ambos os setores existem tentativas mais ou menos felizes. É o caso de se explicar uma corrente ou período literário a partir de ideais ou, ao contrário, a partir de circunstâncias históricas ou geográficas. É o caso, também, de encarar a seqüência que vai do jusnaturalismo ao contrato social, e deste ao liberalismo, como progresso da razão ou, ao contrário, como decorrência da ascensão de setores de uma classe.

No que se refere à Sociologia, as aplicações têm sido menos freqüentes, ou alvez menos felizes, em que pesem as diversas sociologias da sociologia, como a que estamos empreendendo aqui. Talvez a sociologia sinta-se embaraçada em aplicar a si mesma, com a mesma desenvoltura com que as aplica à teoria do romance ou às ideologias, suas próprias categorias.

O que me proponho a fazer agora é, primeiro, esboçar uma periodização sem pretensões, e analisá-la à luz do critério de utilidade, tal qual venho delineando até aqui.

Uma divisão em quatro períodos pode prestar-se perfeitamente aos nossos propósitos. Cada um deles se caracteriza por um princípio distinto de legitimidade, no qual se baseia a escolha dos temas e a forma de abordagem dos estudos sociológicos.

O primeiro encontra sua legitimidade na Antropologia, e foi marcado por reconstituições históricas da cultura colonial e escravista, e por estudos de relações raciais. Duas obras podem ser consideradas marcos desse período: *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, e *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes, editado em 1964, data que sugere nova periodização.

O segundo período pode ser caracterizado pela forte presença da Economia, que fornece temas e enfoques à literatura sociológica que predomina entre meados dos anos 50 e meados dos anos 70. Temas como a formação econômica e a periodização das etapas dessa formação, o modelo econômico e o caráter das relações de dependência servem de pano de fundo para, e frequentemente, de substituto de estudos sociológicos propriamente ditos. Duas obras servem de marco também para esse período: *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicado em 1959. A outra, não precisamente uma obra, mas um debate, sela o esgotamento do modelo, para usar uma expressão cara àquele período: o comentário de Francisco Weffort sobre a "Teoria da Dependência" e a resposta de Fernando Henrique Cardoso, ambos em um seminário da FLACSO, em Santiago do Chile, em 1970, publicados no primeiro número da Revista *Estudos*, do Cebrap, em 1971.

Como se vê, o primeiro marco do período, a obra de Celso Furtado, é anterior à que, em princípio, marca o final do período que o precede. E o Cebrap, por sua vez, continuou por quase uma década o tipo de pesquisa sociológica que sua primeira publicação de peso acadêmico parecia querer sepultar.

O terceiro período cobre praticamente os anos 70, e é marcado pelo fascínio da História. Com efeito, se ficou claro que não se pode deduzir os movimentos da sociedade a partir da caracterização abstrata da estrutura econômica, então a reconstituição histórica passa a ser o critério de realidade para as análises sociológicas. Assim como se encantara com a abstração formal dos modelos de desenvolvimento econômico, a Sociologia apaixonou-se pelo conceito do historiador, e os ensaios e teses de sociologia multiplicam as histórias sociais e políticas, os estudos de conjuntura, e por aí vai. Apesar de tratar-se da época marcada pelo *boom* das Ciências Sociais no campo editorial, quando se publicaram até coletâneas de trabalhos de pós-graduação, foi também, salvo ulterior avaliação, o período de uma plethora de produção anônima.

O último período que estou considerando aqui seria uma recaída na Antropologia, agora na sua versão social e urbana. Creio que, para isso, muito contribuiu o processo de consolidação da oposição política ao regime autoritá-

rio, marcado pelas eleições de 1974 e 1978, e sobretudo a explosão dos movimentos sociais que sucedeu a essa última data.

Como é fácil entender, nem as “análises de conjuntura”, nem a história social e política do populismo, então na moda, nem, por outras razões, a sociologia eleitoral – extremamente limitada devido à absoluta ausência de uma sociografia confiável – permitiam compreender o comportamento eleitoral e as orientações políticas do povo brasileiro. A Sociologia voltou-se, então, para um objeto até ali estranho para ela, as pessoas. Pessoas concretas, com suas condutas concretas em situações quotidianas, passaram a substituir as séries históricas de dados numéricos e os documentos que antes comoviam o sociólogo padrão.

Muitas vezes essa conversão se dá no interior de uma mesma disciplina. Por exemplo, na sociologia da saúde e da medicina, os estudos sobre mercado ou sobre a força de trabalho foram sendo substituídos por estudos de documentos, a partir dos quais se consideravam as políticas de saúde ou se analisava o discurso, e finalmente passou-se a entrevistar os usuários.

Fizeram grande sucesso as estratégias de sobrevivência e as observações de e por participação. Sim, porque tudo bem considerado, levando-se em conta apenas a distribuição da renda e as políticas públicas, era patente que esse povo não sobreviveria. E levando-se em conta as análises de conjuntura, era óbvio que esse povo não poderia participar. Para dar a palavra ao povo, dar voz aos que não a têm, tornou-se indispensável a entrevista em profundidade e a história de vida. Como se a extensão da entrevista compensasse a superficialidade das análises! Como se o objeto vivo das histórias substituísse o tédio mortal das interpretações tautológicas!

Aqui, de novo, não há marcos emergindo do anonimato, mas há um paradigma: a longuíssima tese que resultava de uma colagem, por um lado, entre uma introdução teórica absolutamente abstrata; e, por outro, uma coleção de transcrições literais, para preservar a presença concreta do povo – que, como se sabe, não é dado a abstrações – e, finalmente, uma conclusão igualmente teórica que nada tem a ver com as duas partes anteriores que, por sua vez, nada têm a ver entre si.

Tenho consciência de que este último período já não é contemporâneo; de que o movimento das “Diretas-já” e a morte de Tancredo Neves mostraram que as condutas coletivas têm uma realidade que não se apreende diretamente nas atitudes e opiniões individuais, de que as eleições de 1985 e de 1986 estão indicando a necessidade de um novo esforço de análise da sociologia política, cujo tipo de abordagem ainda não parece claramente delineado. Esta é, sem dúvida, uma das limitações mais sérias deste comentário.

Outra limitação é a ausência de hipóteses pertinentes a esse caráter heterônimo da Sociologia brasileira, sempre voltada para paradigmas de outras disciplinas, como se o social fosse sempre procurar fora dele mesmo o seu próprio princípio de inteligibilidade.

Essas limitações não nos impedem, entretanto, talvez nos exortem, ao contrário, a entender a utilidade do pensamento sociológico em cada caso. E qual seria a utilidade da Sociologia? Ela tem oscilado, nos países onde se concentra o grosso de sua produção e sua tradição mais bem assente, entre três funções latentes – para usar o vocabulário mertoniano: o *social engineering*, a integração social e a denúncia.

Adequar-se-ia muito bem ao meu senso do equilíbrio combinar, duas a duas, essas três orientações, para definir os tipos nacionais de Sociologia. Assim: a americana, combinando *social engineering* e integração social; a francesa, combinando integração e denúncia social e, a inglesa, denúncia e *social engineering*. Mas devo reconhecer que essas combinações não são permanentes, e que os Estados Unidos, por exemplo, viram nascer, nos anos 60, uma sociologia de radicalismo e denúncia para desmentir minha tipologia.

Em todas essas funções, entretanto, e isso contrasta com o caso do Brasil, o pensamento sociológico tem a utilidade de pensar problemas concretos que lhes são postos pela sociedade, e isso de forma igualmente concreta. A sociedade americana produz uma sociologia de integração e de *social engineering* justamente quando se depara com mudanças rápidas, combinadas com um processo de aculturação em larga escala, que exigiram integração a partir de instituições insuficientemente arraigadas na tradição, para absorver, sem traumas, as mudanças.

O problema francês de integração é diferente, porque as instituições – não as políticas, mas as sociais – tiveram muito tempo para absorver as mudanças. Mas as divisões da sociedade são, por outro lado, bem marcadas, e os choques sociais sempre mais radicais. Daí a integração social combinar-se, na França, com uma função nítida de denúncia.

No caso inglês, as divisões entre as classes são marcadas como na França, mas as classes dirigentes são suficientemente integradas na tradição para não temerem a inovação. Daí que a função de denúncia combina-se com uma função de *social engineering*, que a sociologia francesa sempre desprezou.

A Sociologia no Brasil parece ter utilidade bem diversa. Quando aborda modelos, por exemplo, não é para propor formas de sociabilidade ou para implementar projetos de organização, como seria um *social engineering*. Quando trata de integração, é sob a forma do mito ou da interpretação global da alma nacional. Quando denuncia, muitas vezes emprega modelos abstratos e nascidos em outras plagas, em vez de analisar os mecanismos concretamente atuantes na situação criticada.

Em suma, em vez de *resolver* problemas de integração, de inovação e de conflito, como no caso da tradição sociológica européia e americana, o pensamento sociológico brasileiro parece encontrar sua utilidade em *pensar* esses problemas e *falar* deles. Pensar e falar dos problemas da sociedade brasileira constitui o que eu chamaria de função discursiva ou efeitos discursivos do pensamento sociológico brasileiro.

Assim, quando está pensando a problemática típica da integração social, a Sociologia brasileira está, na verdade, *falando* dos problemas de relações raciais e de integração da população rural, mais do que analisando mecanismos que se prestariam à solução de problemas concretos. Gilberto Freire propõe menos um modelo ou projeto de relações raciais e culturais, e mais uma imagem, uma auto-representação integrativa da sociedade brasileira.

Quando estuda os movimentos sociais de participação, a Sociologia dos anos 80 pretende, muito mais, consolidar uma imagem das classes populares e de sua ação, do que desvendar os mecanismos sociais e políticos através dos quais esses movimentos se expressam, desenvolvem-se ou se extinguem.

E assim vai, mas seria fastidioso enumerar cada caso e demonstrar o que pretendo que fique apenas como sugestão para o debate. Evidentemente, não estou, com isso, pretendendo desqualificar a Sociologia brasileira como disciplina científica. A análise que sugiro aqui não tem por objeto a produção sociológica do ponto de vista de seus métodos e de seus resultados, mas, sim, de seus temas socialmente legitimados, e do uso que dela se faz enquanto discurso. Tal uso independe da cientificidade da produção sociológica. Mas é esse uso, e não o caráter mais ou menos científico da produção, que tem efeitos concretos na realidade social. E é essa realidade social que deve, em primeiro lugar, ocupar o pensamento (útil) do sociólogo.

ABSTRACT

DISCOURSIIVE FUNCTION OF BRAZILIAN SOCIOLOGY

This article proposes a new perspective of analysis of the styles of Brazilian sociology. Launching the idea of the latent functions of the discipline as being those of engineering, integration and denunciation, which are manifested to a greater or lesser degree in different countries according to the social moment, the author considers that, in Brazil, it has a merely discursive function. In this sense, it has no concrete effect on social problems, limiting itself to "talking about them".

RESUME

LA FONCTION DISCOURSIIVE DE LA SOCIOLOGIE BRÉSILIENNE

Cet article propose un nouvelle perspective d'analyse des styles de la sociologie brésilienne. Prenant l'idée de fonctions latentes de la discipline – génie social, intégration et dénonciation – l'auteur considère que, au Brésil, sa fonction est uniquement discursive. Dans ce sens, elle n'aurait aucun effet sur les problèmes concrets, se limitant à "parler de".